

A MEMÓRIA SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO*

Paulo Faitanin – Universidade Federal Fluminense

1. Introdução.

A memória é potência para o inesquecível. Deus nos deu a memória como faculdade para nunca esquecermos o seu amor. Potência para guardar o passado, vivificar o presente e modificar o futuro. Os antigos trataram-na como algo especial com relação ao conhecimento que temos das coisas. Platão expôs o mito da *anamnese* como antítese e correção do 'princípio erístico' de que não é possível ao homem indagar o que sabe nem o que não sabe, já que seria inútil indagar o que se sabe e impossível indagar quando não se sabe o que indagar. Parte da doutrina segundo a qual a alma é imortal e nasce e renasce muitas vezes, de sorte que viu tudo neste mundo e no outro, pelo que pode, em certas ocasiões, recordar o que sabia antes¹. Aristóteles herdou de Platão² a distinção entre memória *mneme* e recordação *anamnesis*, tendo dedicado ao tema um tratado: Sobre a memória e a recordação³.

A diferença daquele que propunha fundamentar e justificar a reminiscência na preexistência da alma, este a entende como uma faculdade do intelecto. A memória é uma potência da alma. O Estagirita distingue a capacidade de retenção da de recordação, embora no homem ambas se dêem juntas e inclusive a de recordação supõe a de retenção. Esta distinção percorre certo período até encontrar na Patrística Santo Agostinho. Este, brilhantemente, expôs com ênfase a interioridade espiritual da reminiscência, ao dizer que é por sua força que nos lembramos de que nos lembramos⁴.

Numa estreita relação com a duração temporal, a reminiscência é calcada na idéia de que não há recordação senão do passado, pois do agora só há percepção e do futuro, expectativa. A idéia de que só há recordação do passado corta a Idade Média e chega à Escolástica do Aquinate com todo vigor; e este afirma, na linha aristotélica e agostiniana, ser a memória uma potência que existe na parte intelectual da alma⁵. Seguindo a tradição aristotélica o Aquinate distingue a memória da reminiscência identificando na memória a capacidade

* Dedico este texto a Filipe Leonardo Carrico.

¹ PLATÃO, *Menon*, 80 e81.

² PLATÃO, *Filebo*, 34 a-c.

³ ARISTÓTELES, *De memoria et reminiscencia*, I, 453a 5-10.

⁴ SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, X, 13.

⁵ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q79,a.6,c.

de retenção e na reminiscência a de recordação⁶. De um modo geral tanto no racionalismo cartesiano como no idealismo kantiano a memória perdurará em seu estado intelectual. Mas em Kant a memória se revestirá de condição *a priori*, já que sendo as idéias *a priori* a memória só será recordação⁷. Somente com o evolucionismo e o materialismo marxista que a memória se reduzirá às análises neurais e processuais do cérebro. O resgate de sua postura intelectual se daria com Henri Bergson, no início do século XX. Resgatada inúmeras vezes no contexto contemporâneo, a memória será tomada como condição de identidade nos discurso antropológicos e psicológicos. E é isso que constitui a identidade do eu a que Norberto Bobbio fez menção e a que atualmente Iván Izquierdo professa⁸: ‘somos aquilo que recordamos e também o que resolvemos esquecer’.

Na atualidade se prima pela afirmação da natureza fisiológica da memória. A defesa do fisiologismo da memória ganhou sucessivamente adeptos depois do evolucionismo biológico e do materialismo marxista. Não raro em neurociência ou neurobiologia encontraremos estruturas fisiológicas explicativas da memória, como se fosse uma função do sistema nervoso. Se for potência material, o conhecimento está fadado ao esquecimento; mas se for potência espiritual, ele está ordenado à recordação. Como vimos, foi Henri Bergson o protagonista de um embate histórico entre a defesa da natureza intelectual da memória e a compreensão da memória como fenômeno de processos cerebrais. Em sua célebre obra *Matière et Mémoire* defende a natureza intelectual da memória ao estabelecer que a sua sede é o espírito e que ela é absolutamente independente da matéria⁹.

2. O que é a memória e quais as suas condições?

Usualmente se define a memória dizendo muito mais o que ela faz do que ela é. Assim, considerando o que ela faz, costuma-se defini-la como a aquisição ou aprendizado, o armazenamento ou conservação e a evocação ou recordação de algum conhecimento passado¹⁰. Mas o que ela é? Qual é a sua natureza? A memória é da natureza da alma e se enquadra na ordem dos sentidos internos¹¹. Neste sentido, pelo que ela faz seria inadequado afirmar-lhe a natureza material. Por isso, afirma-se sua natureza imaterial, espiritual ou inte-

⁶ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.8.

⁷ CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 227-228.

⁸ IZQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

⁹ BERSON, H. *Matière et memoire*. 72 edition. Paris: PUF, 1965, p.122.

¹⁰ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri De sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.1.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.2.

lectiva. Daí ser ela, conforme ensina o Aquinate, uma potência ou capacidade própria da natureza intelectual humana, pela qual o intelecto aprende, conserva e recorda algum conhecimento passado¹². Como bem notou, também, Aristóteles, ou seja, a memória como um estado de percepção e a reminiscência como uma posse de algo já conhecido¹³.

A memória é, basicamente, no homem, retenção e recordação de informação. Mas tanto a retenção, quanto a recordação requer condições. São condições para a retenção: (a) a sensação, pois não há retenção do real, senão mediante a produção de imagem ou representação sensível, após a sensação; (b) a percepção, que é a captação do real presente, e isso é condição para a formação da memória, já que não há memória do presente, senão só percepção de suas sensações; (c) o conhecimento, pois não há retenção do que não se conhece, do que não foi adquirido e nem lembrança do que não está na memória; (d) a conservação, pois não há recordação do que não foi conservado. São condições para a recordação: (a) a consciência, pois não há recordação sem este estado de relação do sujeito consigo mesmo e com a evocação de uma percepção adquirida, passada; (b) a atenção, pois não há recordação consciente sem que se verta toda a atenção para a evocação de dada percepção; (c) o interesse, pois não há recordação se não houver interesse de verter a atenção para um estado de consciência de evocação de uma dada percepção¹⁴.

Somente assim se dá a recordação como possibilidade de evocação, quando necessário, de algum conhecimento passado, com a possibilidade de torná-lo presente. Fica, assim, estabelecida previamente de como a sensação, a percepção, o conhecimento e a conservação formam parte da memória retentiva e de como a consciência, a atenção, o interesse formam parte da memória recordativa.

3. Memória, instintos e sentidos.

Os vegetais não possuem memória, mas os animais a possuem num grau inferior à memória intelectual. Neles há apenas a memória enquanto capacidade de conservar os efeitos produzidos nos órgãos dos sentidos, segundo a disposição instintiva de cada espécie e nunca para além da presença do objeto, pois se fossem assim isso seria reminiscência. Neles isso é a memória instintiva ou de conservação, também denominada memória sensível ou simplesmente memória e no contexto tomista de estimativa¹⁵.

¹² TOMÁS DE AQUINO, *De ver.*, q10,a2.

¹³ ARISTÓTELES, *De memoria et reminiscencia*, I, 451a 14-17; *Metaphysica*, 1022 b4.

¹⁴ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.4.

¹⁵ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q79,a.6,c.

Em outras palavras, a memória instintiva é a capacidade virtual que existe de modo permanente, atual passivo, mas oculto e somente expresso quando ativo pela necessidade instintiva - por meio da qual o animal tem de, pelos instintos e sentidos, conservar alguma impressão sensível de algum objeto que se lhe é apresentado ou representado, toda vez que impelido a operar pelos instintos na busca dos meios necessários para a sua manutenção. O animal caça por instinto e, impelido pela força instintiva, todos os seus sentidos se direcionam para a procura do bem necessário para a satisfação do mesmo. E quando da posse do objeto sensível, tal memória conserva todas as impressões sensíveis do objeto que afetam os seus sentidos, que as associando aos instintos, conserva-as de algum modo no próprio sentido. De tal maneira que ao operar, segundo este instinto, tem conservado nele tais impressões: o leão conserva em seu instinto de caça as impressões da presa, como o odor, movimento, som, força etc¹⁶.

4. Memória, intelecto e pensamento.

O intelecto é capacidade própria do seres espirituais. É bem verdade que o anjo é um puro espírito e possui intelecto, mas seu intelecto não necessita armazenar o que conhece, porque ele possui em si mesmo – exceto algum conhecimento infuso por Deus e que ele ainda não possua – tudo o que conhece, por isso, tudo o que sua natureza conhece, não é todo o conhecimento que pode ter, mas apenas o que o constitui a sua natureza¹⁷. Neste sentido, é próprio só do intelecto humano a memória e a reminiscência. Daí que o intelecto, potência espiritual cognitiva, possui como parte integrante a memória, pela qual o intelecto além de adquirir por percepção atual a apreensão e o aprendizado de algo, pode conservar o que apreendeu e aprendeu e, inclusive, recordar prescindindo totalmente da presença do objeto: eis o que o Aquinate denominou como memória inteligível¹⁸.

É nela que há o registro do conceito que o intelecto produz e só mediante a memória deste conceito se dá a recordação do que já foi conhecido. É bom frisar que com a memória não se dá o conhecimento, mas a recordação do que já se conheceu. Assim, sem a presença atual, sensível e concreta de um objeto, podemos recordá-lo e mesmo reproduzi-lo por meio de qualquer potência humana, como por meio da arte, como na pintura, na música, ou como por meio do conhecimento, na ciência de um modo geral e na história de um modo particular, já que esta última é por excelência ciência recordativa.

¹⁶ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q78,a.4,c.

¹⁷ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q55,a.1,c.

¹⁸ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.3.

Fica claro que a memória não é possível sem a produção de uma imagem¹⁹, por isso só são reminiscentes aquelas coisas que são próprias da imaginação e que não se dão sem a imaginação²⁰. Contudo, se por um lado, é a imaginação o critério para a memória; por outro lado, o pensamento é a forma de expressão do que foi conservado na memória. Donde ser evidente que o que pensamos muitas vezes, podemos recordá-lo com maior rapidez.

5. Memória, linguagem e ciência.

Analisemos um pouco mais acerca da função da memória na construção do saber científico. A reminiscência, ou seja, o ato de recordar uma imagem conservada na memória é uma espécie de raciocínio²¹, pois quem pratica a reminiscência raciocina acerca do que antes viu, ouviu ou experimentou. O produto do raciocínio é o pensamento. Mas o que expressa o pensamento é a linguagem²². E porque há muitas formas de expressão, há também muitas formas de linguagem. Contudo, a fundamental é a falada e a escrita, que materializam a expressão mental da linguagem. Assim como o pensamento é a forma de expressão do que foi conservado na memória, a linguagem é a forma de expressão da memória do pensamento.

Do mesmo modo, também a ciência é expressão da memória da linguagem, de tal maneira que não há aquela sem esta e nem mesmo memória sem aprendizagem²³. Podemos dizer que não há linguagem sem pensamento, pensamento sem reminiscência e reminiscência sem memória. Assim, pois, as impressões sensíveis não são marcas inteligíveis, senão apenas sensíveis, elas não são suficientes para dizer o que é tal realidade para o intelecto: ele precisa produzir uma marca inteligível e indelével – uma palavra mental²⁴ – que resulte do *intus legere*, ‘ler por dentro a natureza’²⁵ de um objeto real, para assim guardá-la e usá-la de modo inteligível, para além dos sentidos e da presença atual do objeto, no conhecimento e elaboração da ciência do objeto. Só assim o intelecto produz conhecimento ciência e saber.

6. Memória, vontade e liberdade.

¹⁹ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.2.

²⁰ ARISTÓTELES, *De memoria et reminiscência*, I, 450a 20-25.

²¹ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q78,a.4,c.

²² TOMÁS DE AQUINO, *De ver.*, q11,a1,c e ad11.

²³ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.6.

²⁴ TOMÁS DE AQUINO, *De natura verbi intellectus*, c.2.

²⁵ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, II-II,q8,a.1,c.

A vontade no homem é sempre uma expressão da inclinação da razão²⁶ para alguma realidade que é um bem, seja ele sensível ou inteligível; mas, embora a vontade seja tal expressão, ela não é determinada a dirigir-se necessária²⁷ e exclusivamente para onde tende e se orienta tal inclinação. Mas por que isso? Porque a vontade é livre²⁸, ou seja, enquanto potência intelectual ela possui a capacidade de arbitrar, julgar, escolher ou não a realidade a que lhe inclinou o intelecto, alguma emoção, imaginação, sensação ou instinto. Inclusive há de se ter em conta que o bem a que se inclina a vontade, como natural e próprio, pode não ser o que ela escolhe, sob a influência de uma paixão, sensação ou instinto.

A vontade, por exemplo, fortemente impelida por alguma virtude instintiva – como a fome – a ordenar-se a comer alguma coisa, pode eleger comer ou não. O jejum e a abstinência de alimentos são provas disso. Isso comprova que a vontade é livre com relação a quaisquer virtudes inferiores, como com relação aos instintos. Não obstante, será a vontade livre frente ao que lhe é virtude superior? Parece que sim, pois sendo a razão superior pode a vontade por sua eleição, não seguir a ordem daquela, mesmo que seja a vontade a inclinação da razão para algo, pois se a razão orienta e aconselha por seu hábito da consciência e por sua potência da memória o que a que se inclina naturalmente a vontade, esta pode identificar equivocadamente em algo o objeto de sua escolha e isso pode ser, inclusive, oposto ao que lhe aconselha e orienta a razão. Por isso, a vontade influi a razão²⁹.

A condição que determina a vontade antes a se orientar pelos instintos, sentidos e sentimentos, pode estar no hábito de ceder à força dos instintos, sentidos e sentimentos ou mesmo na força da recordação de uma lembrança guardada na memória de que comer aquilo sacia o meu instinto de fome, satisfaz a minha sensibilidade ao doce e me sensibiliza por alguma emoção, como a alegria que me pode causar. Enfim, a característica fundamental da memória como reminiscência ou recordação, própria só dos homens, é o caráter ativo de deliberação ou escolha: a liberdade de escolher lembrar ou esquecer.

7. Memória, hábitos e consciência.

Como vimos, o hábito – que se define como a ação humana repetida – pode fortalecer a memória³⁰, mas, também, tornar-se escravo dela. A constân-

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q87,a.4,c.

²⁷ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q82,a.2,c.

²⁸ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q83,a.4,c.

²⁹ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q82,a.4,c.

³⁰ ARISTÓTELES, *De memoria et reminiscencia*, I, 451a 13.

cia de uma ação torna mais viva e permanente a sua memória. Neste sentido, o hábito é cúmplice da memória e, em sentido amplo, podemos inclusive dizer que a memória se torna uma arte pelo hábito da recordação: assim, pois, temos o hábito, a arte e a ciência. O grande problema é a natureza do hábito, visto que uma ação repetida pode ser boa ou má, o hábito, por consequência, pode ser também bom ou mal. Mas uma ação habitualmente má não traz, necessariamente, para o indivíduo que a pratica, uma memória má, pois se assim fosse muito provavelmente não a recordaria, como de fato ocorre nos mecanismos psicológicos de defesa. Infelizmente pode ser que para alguém seja uma boa memória lembrar o genocídio nazista.

Mas como pode haver um hábito mal motivado por uma boa memória? A questão não é esta, pois pode haver também um hábito bom motivado por uma má memória. O epicentro desta questão é a consciência. É o estado da consciência, sua lucidez que revelará ao indivíduo se o conteúdo da memória é bom ou mal³¹. Mas a consciência nada poderia fazer se não fosse ela mesma a expressão do hábito dos primeiros princípios, norteadores de toda ação intelectual. A consciência é, segundo um modo simples de entendê-la, uma luz do intelecto sobre as suas potências: entender, querer e amar³².

De fato, o Aquinate ensina que a memória é parte importante da consciência, mas muito mais do que importante ela é requerida no julgamento que a consciência realiza acerca do que foi feito³³: não há consciência sem memória. De tal sorte, que a natureza da memória pode determinar o estado de consciência e pode, inclusive, tornar ainda mais lúcidos estes princípios intelectuais ou até mesmo estorvá-los. E para isso o pleno exercício e a memória destes hábitos intelectuais – os dos primeiros princípios do entendimento como, por exemplo, o princípio da não contradição e o da finalidade – jogam um papel determinante na formação da consciência moral.

8. Memória, espaço e tempo.

Qual é o tamanho de uma memória? Quanto dura a sua memória? Perguntas como estas nos colocam na dimensão espaço-temporal. Sendo a memória a expressão de uma potência intelectual e espiritual, ela propriamente não se restringe a estes critérios de extensão e duração. Contudo, mediante a análise do conteúdo da memória podemos aferir-lhe, por analogia, certa extensão e duração.

³¹ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q79,a.13,c.

³² TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q79,a.13,c.

³³ TOMÁS DE AQUINO, *Sum. Theo.*, I,q79,a.13,c.

A memória não é uma extensão, mas a capacidade de percepção de coisas que são extensas. Do mesmo modo, porque a percepção do tempo exige um estado psicológico, é possível falar analogamente de certa duração da memória, se a analisarmos correlata ao tempo psicológico. De fato, a recordação exige que o tempo passe. Diferente da percepção, que não é memória do agora e do presente, senão percepção do agora. Em todo caso, o instante será a mais perfeita expressão da duração indivisível da memória, pois é no instante recente em que se dá a reminiscência³⁴. Não há memória sucessiva, senão instantânea, cuja recordação de uma mesma memória antes e depois nos dá a impressão de memória sucessiva.

A História é um exemplo clássico de como a memória tem, analogamente falando, certa extensão e certa duração. Mas cabe não confundir a memória, enquanto reminiscência de conhecimentos passados, com o próprio conhecimento do passado, que gera memória. A memória não é uma duração, mas a percepção de coisas que duram³⁵. De fato, a matéria-prima do historiador é a análise da extensão e da duração de uma memória. Em suma, só há memória do que já foi conhecido, passou, e já foi conservado. Não há memória de coisas vindouras, não decorridas ou não percebidas, ou seja, do futuro, pois com relação a isso o que há é expectativa. Não há nem mesmo memória do presente, pois o que há é o estado de percepção atual, já que ninguém diz lembrar-se do que está para conhecer.

9. Tipos de memória.

Em contraponto à memória natural, fala-se hoje em dia de memória artificial, para referir-se à memória virtual ou computacional. Mas à parte desta comparação, o que existe realmente é a memória natural que se estende aos animais irracionais de um modo limitado se comparada à memória humana.

Quanto à natureza podemos distinguir a memória fisiológica ou sensitiva própria dos animais em geral e memória intelectual, específica dos homens, que sequer a tem os anjos. Esta última incorpora em sua atividade a memória fisiológica, pois não há no homem duas memórias de naturezas distintas, senão uma única – a intelectual – que possui e exerce a função da outra – a fisiológica – em sua relação com os sentidos e os órgãos dos sentidos, bem como com o sistema nervoso do homem. Mas isso não significa afirmar ou mesmo supor que por haver esta relação na memória intelectual entre o espiritual e o carnal, poder-se-ia definir a causa da memória intelectual – ou psicológica – os fenômenos neurobiológicos.

³⁴ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.5.

³⁵ TOMÁS DE AQUINO, *Sent. in libri de sensu et sensato*, tract.II, De mem. et reminiscência, c.7.

Quanto ao conteúdo, podem ser sensitivas, ou como em neurociência costumam ser denominadas procedurais, que envolvem basicamente habilidades motoras e/ou sensoriais, ou intelectivas, como usualmente denominam em neurociência de declarativas, que é a memória de fatos e eventos e que depende da consciência.

Quanto à duração, classifica-se em curta duração, a qual dura de alguns minutos a poucas horas, e em memória de longa duração que permanece dias, semanas e anos. A memória intelectiva é própria da pessoa humana, é de natureza espiritual, seu conteúdo é imaterial e a sua duração eviterna.

10. Distúrbios da memória.

O Aquinate não tratou direta e sistematicamente dos distúrbios da memória. Consideramos aqui, a título de informação, tais questões. A contínua lembrança de que esquecemos nos faz recordar a importância de entender a memória; e isso nos permitiu avançar no estudo de suas alterações e da amnésia. É fato que há aumento e diminuição da memória. Mas quando falamos desta variação, referimo-nos, sobretudo, à memória fisiológica, que desfalece em sua capacidade em razão da diminuição da capacidade fisiológica, da qual depende. É porque a memória intelectiva no homem é formada e depende da memória sensitiva, quanto menos apta estiver a sensitiva, menos operativa é a intelectiva.

Pois bem, as variações de natureza fisiológica são efeitos de alterações tais como: a *hiperminésia*, cuja alteração evoca lembranças casuais com mais intensidade; a *hipomnésia*, cuja alteração provoca a diminuição do número de lembranças e a *amnésia*, cuja alteração provoca o desaparecimento parcial ou total de lembranças. Todas estas alterações podem ser ocasionadas por algum tipo de acidente grave, choque, estresse, depressão que afetam o sistema nervoso, algum órgão do sentido, parte do cérebro etc.

Destas alterações a amnésia é sem dúvida a mais importante. Por esse motivo, falemos dela brevemente e especialmente dos seus tipos. A amnésia pode ser *anterógrada*, quando se dá pelo esquecimento dos fatos transcorridos depois da causa de algum distúrbio; pode ser *retrógrada*, que se dá quando ocorre perda da memória para os fatos ocorridos antes do evento que a causou; pode ser *retroanterógrada*, que se dá pelo esquecimento dos fatos ocorridos antes e depois da causa determinante; pode ser transitória, que se caracteriza pela incapacidade de fixar os acontecimentos recentes; pode ser *paramnésia*, que se dá pelos distúrbios da qualidade da memória que podem ser: ilusões *mnêmicas* [lembranças fictícias], *alucinações mnêmicas* [criações imaginativas com aparência de reminiscências e lembranças], *fabulação* [relato de temas fantásti-

cos que nunca aconteceram], *fenômeno do já visto* [o déjà vue, memória imprópria de familiaridade com eventos novos ou em um novo ambiente], *criptomnesia* [lembrança oculta de algo conhecido, mas sem identificar a origem] e *amnesia* [perda da memória recente, mas não da remota].

11. Memória, fé e identidade.

A fé, não diferentemente, supõe a memória. A fé, por parte da razão que a possui, estabelece-se no exercício e na perseverança da memória do que constitui a fé. No caso da fé, é a palavra de Deus o conteúdo memorável. Daí não haver fé sem o cultivo da memória da palavra, pois ela mesma é condição para a fé. Mas se trata de um conteúdo vivo e ativo que revelado por Deus, recebido pela Tradição, pelo Estado e pelos Pais se transmite e se torna cada vez mais presente com a adesão constante da memória. A liturgia, as orações e as celebrações são ritos de memória. Fazei isso em memória de mim, diz o Senhor. A identidade da pessoa também supõe e se constrói sob a égide da memória. Não é possível a identidade sem a memória do mesmo. Neste sentido, fé e identidade dependem da memória não como causa, mas como condição de sua manutenção.